Ulrich Beck e a crítica ao nacionalismo metodológico

Fabício Barbosa Maciel¹

Resumo

O artigo apresenta a crítica de Ulrich Beck ao nacionalismo metodológico. Com este conceito, o autor define e critica as categorias cognitivas e políticas com as quais se construiu toda a sociologia da desigualdade ao longo do século XX. A partir desta crítica, é possível uma rearticulação teórica e empírica dos conceitos de desigualdade, trabalho e classe social. Esta perspectiva permite rever a força política dos Estados nacionais na atual fase de capitalismo globalizado, bem como repensar os caminhos de uma possível sociologia que tematize a reprodução global da desigualdade social.

Palavras-chave: Nacionalismo metodológico. Desigualdade. Trabalho. Classes sociais.

Este artigo apresenta uma discussão teórica a partir da leitura de alguns livros de Ulrich Beck, sociólogo alemão contemporâneo, conhecido principalmente por sua teoria da “sociedade do risco” (BECK, 1986). Buscamos recuperar, a partir de sua obra mais recente, a perspectiva de que uma teoria contemporânea sobre a desigualdade, o trabalho e as classes sociais não pode mais se restringir aos marcos cognitivos e epistemológicos do “nacionalismo metodológico” (BECK, 2002, 2008). Com este conceito, o autor define o paradigma, dominante no século XX, sobre o qual se assentou o *status* político e socioeconômico das sociedades ditas industriais (BECK, 2008, p. 18). Esta redução metodológica, não percebida pela ciência social dominante, estabeleceu arbitrariamente uma ligação entre nacionalidade e territorialidade que precede a posição social de indivíduos e grupos.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estadia de sanduíche de um ano na Pädagogische Hochschule de Freiburg (PH Freiburg), Alemanha, e professor adjunto do Mestrado profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. É autor de artigos publicados nas revistas: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara), 2012; *Política Democrática*, 2012; *Revista Espaço Acadêmico* (Universidade Estadual de Maringá - UEM), 2011, entre outras. E-mail: macielfabricio@gmail.com.

O nacionalismo metodológico é definido pelo autor também como uma dupla medida de congruência: de um lado, a congruência entre fronteiras territoriais, políticas, econômicas, sociais e culturais; de outro, a congruência entre a perspectiva dos atores e a perspectiva de observação da ciência social (BECK, 2008, p. 19). Dito de outro modo, o nacionalismo metodológico é a percepção da desigualdade social como uma questão estritamente nacional, o que ignora suas formas globais de produção e reprodução. A fraqueza teórica desta perspectiva consiste em reduzir a conformação das desigualdades sociais de toda natureza (entre classes, grupos, indivíduos, gêneros, regiões, etc.) ao âmbito das sociedades nacionais. Este movimento teórico e político, com seu enfoque exclusivo nos Estados nacionais como objeto de estudo, torna opacas na análise as forças supranacionais que conformam as desigualdades sociais. Nesta perspectiva, Ulrich Beck procura criticar os limites cognitivos, políticos, teóricos e empíricos de toda a sociologia da desigualdade dominante durante o século XX.

Uma teoria sobre o trabalho, por exemplo, não deixa de ser uma teoria sobre a desigualdade. Também pode ser uma contribuição decisiva para uma nova teoria geral de classes. Os três temas na verdade só se separam devido à alocação dos campos de poder e das áreas de pesquisa específicas dentro do sistema acadêmico. Pierre Bourdieu (2001) também percebia, semelhante a Ulrich Beck (1986), a fragmentação do conhecimento acadêmico como um dos principais empecilhos a uma compreensão abrangente dos fenômenos sociais. Um dos principais motivos que fazem de Ulrich Beck merecedor de atenção em sua obra é que, em alguma medida, ainda que de forma esparsa ao longo de livros diferentes, ele procurou refletir sobre as principais mudanças sociais no mundo contemporâneo debatendo com os três temas: o trabalho, a classe e a desigualdade. Sua crítica ao nacionalismo metodológico, dirigida mais especificamente ao campo específico em torno da sociologia da desigualdade, também pressupõe uma nova agenda de pesquisa para os temas do trabalho e da classe com perspectivas novas e não mais restritas às dimensões institucionais, políticas e econômicas dos Estados nacionais.

Desde seu primeiro livro de grande influência, *Risikogesellschaft* (Sociedade de risco) (1986), Ulrich Beck vem criticando os padrões específicos da análise de classe com o desenvolvimento da ideia de um individualismo radicalizado, no período contemporâneo do capitalismo que ele designa como

“modernidade reflexiva” e “segunda modernidade” (BECK, 1986). A modernidade reflexiva, para ele, é um conceito que se remete à atualidade do capitalismo globalizado, marcado por um desdobramento tecnológico e científico que subjugou a natureza até o seu limite. Com este conceito, o autor procura caracterizar uma singularidade da sociedade mundial contemporânea, qual seja, o fato de que existe hoje em todo o mundo uma consciência generalizada acerca da sociedade global de risco na qual vivemos (BECK, 1986).

Este é um ponto fundamental que diferencia a atual fase do capitalismo, a segunda modernidade, sinônimo de modernidade reflexiva, da sua fase anterior, que ele e muitos outros autores definem como “sociedade industrial” (BECK, 1986). A sociedade industrial foi marcada fundamentalmente pela produção de necessidades. A modernidade reflexiva é marcada principalmente pela produção de riscos, devido ao desdobramento sem limites do racionalismo de dominação da natureza, analisado por Max Weber. Por isso, ele define o mundo contemporâneo como “sociedade de risco”, tanto no aspecto natural quanto no social (BECK, 1986).

A crítica ao nacionalismo metodológico deve ser situada dentro deste panorama geral da obra de Ulrich Beck, pois tudo o que ele produziu desde seu *Risikogesellschaft* (1986) é desdobramento da ideia de sociedade de risco, e que hoje ele intitula já como sociedade mundial de risco (BECK, 1995). Tal tese não nega o dado evidente da produção de necessidades e de desigualdades no capitalismo. Pelo contrário, procura ir além. A produção de necessidades e de desigualdades continua, porém atrelada e subjugada à produção de risco. A produção de necessidades durante o período industrial sempre foi produção de risco, porém risco mais para os necessitados. Hoje a produção de risco é global e ameaça também a Europa, berço do *Welfare State*, concepção esta compartilhada pelo próprio Ulrich Beck e por vários dos autores europeus contemporâneos que se preocuparam com o tema da precarização do trabalho na Europa. A produção de riscos sociais em países como a Alemanha evidencia que o estado de bem-estar social, no sentido da empregabilidade e seguridade social para a maioria da população, não é mais o mesmo de três décadas atrás (BECK, 2007). A chegada do trabalho informal e da precariedade como situação individual cada vez mais previsível e possível para uma parcela cada vez maior da população destes países, considerados até então como centro e modelo do capitalismo, tornou questionável a até então inquestionável situação de bem-estar social.

A questão do trabalho foi enfrentada por Ulrich Beck desde o *Risikogesellschaft*. Ele dedicou neste livro um capítulo às alterações estruturais na atividade de trabalho remunerado na Alemanha. Posteriormente, em livro intitulado *Schöne neue Arbeitswelt* (Admirável novo mundo do trabalho) (BECK, 2007), a questão foi desenvolvida a partir da provocante tese da “brasilização do Ocidente”. O ponto de partida fundamental é a constatação da chegada massiva do trabalho informal e precário na Europa e especialmente na Alemanha. Como outros intelectuais do centro do poder acadêmico, a questão inquietante passa a ser sobre o que está acontecendo no centro do capitalismo mundial, ou seja, surge uma questão social nova no até então tradicional centro da produção mundial do capitalismo.

A tese é inquietante e se apresenta como um bom ponto de partida para qualquer discussão que busque desenvolver uma nova teoria contemporânea do trabalho. A virtude inicial desta tese é trazer a periferia para o debate. A brasilização do Ocidente significa a chegada do trabalho informal e precário na Europa. Desde o momento em que o fenômeno social novo da precariedade se torna visível na Europa e se torna tema sistemático dos intelectuais europeus, ele naturalmente deixa de ser tema e preocupação específica apenas de intelectuais da periferia que tradicionalmente sempre precisaram se preocupar com suas desigualdades internas.

A constatação da precariedade e do trabalho informal foi um passo decisivo do autor no desenvolvimento da crítica ao nacionalismo metodológico, pois esta se direciona principalmente a sociologia da desigualdade dominante, com suas categorias cognitivas e dados estatísticos nacionais, dentre os quais o trabalho sempre foi um tema central. Ulrich Beck não trata estes temas de forma sistemática e articulada, ainda que possamos perceber aqui sua relação. A crítica ao tema específico da sociologia da desigualdade é desenvolvida especialmente no livro *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen* (A nova medida de desigualdade entre as pessoas) (BECK, 2008). É nele que se desenvolve mais precisamente a crítica ao nacionalismo metodológico. Ela é um passo decisivo para uma nova teoria mundial sobre o trabalho, que considere a nova sociedade do trabalho como um fenômeno mundial contemporâneo de características consideravelmente novas na história do capitalismo.

O tema da desigualdade é epistemologicamente mais amplo do que o tema do trabalho e o tema das classes sociais. Toda sociologia do trabalho

dominante durante todo o século XX não constatou outra coisa senão a desigualdade. Com a sociologia das classes sociais, seja qual for o método ou orientação ideológica em jogo, não foi diferente. A constatação da desigualdade de classes no capitalismo é pilar de qualquer sociologia crítica. A busca de contribuição a uma nova teoria do trabalho, mundial, para além dos marcos do nacionalismo metodológico, significa indiretamente a busca de contribuição a uma nova teoria da desigualdade social contemporânea. Não por acaso Ulrich Beck identifica a sociologia da desigualdade como o principal alvo da crítica do nacionalismo metodológico. Por este motivo, recuperaremos agora seu argumento no livro *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen* (2008), no qual ele sistematiza a crítica à sociologia da desigualdade dominante no século XX.

1. A desigualdade para além dos Estados nacionais

O ponto de partida de sua reconstrução é a revisão da própria ideia fundamental de desigualdade. Se as pessoas são naturalmente iguais, então a desigualdade é algo mutável, ou seja, os privilegiados de hoje podem ser os prejudicados de amanhã. Em sentido político, toda desigualdade é em princípio mutável, inclusive através do direito. Todas as pessoas são iguais, em princípio, mas a igualdade não existe, por exemplo, em dados contextos sociais, para negros, judeus ou mulheres, dentre outros, e ela termina, sobretudo, se configurando nas fronteiras dos Estados nacionais (BECK, 2008, p. 8).

Existe uma nítida separação entre sociedade e natureza, a partir da qual Ulrich Beck procura a reconstrução da diferença entre desigualdades sociais e desigualdades naturais. No final do século XX e início do século XXI, presenciemos uma mudança de época marcada por uma interessante especificidade, conforme o pensamento de Ulrich Beck. De acordo com sua tese da modernização reflexiva, o que ele denomina também como segunda modernidade, este é o momento no qual a ordem social mundial começa a se tornar objeto da consciência pública (BECK, 2008, p. 9). Esta constatação é significativa para uma nova teoria que articule desigualdade, trabalho e classe, não restrita aos marcos do nacionalismo metodológico. Ela pode ser confirmada não apenas no pensamento do autor, mas também se observarmos o tema na mídia e esfera pública contemporânea. Todos os grandes jornais e revistas da atualidade possuem, por exemplo, uma seção chamada “Mundo”. Nestas seções, são cada

vez mais frequentes as matérias sobre questões sociais relacionadas aos temas da “globalização” e do “mundo sem fronteiras”, ou seja, de uma nova ordem social, e uma nova ordem social que é global. O dado empírico fundamental que se apresenta é que, antes mesmo da constatação científica, a própria consciência pública, o próprio imaginário social, apresenta uma dimensão nova e inevitável, fora da qual se torna cada vez mais inimaginável a tematização das questões sociais contemporâneas: trata-se da dimensão global da reprodução social contemporânea. Esta é uma das características fundamentais da “segunda modernidade” de Ulrich Beck.

A nova percepção da desigualdade na dimensão global é um aspecto fundamental da crítica ao nacionalismo metodológico. Beck procura argumentar acerca da necessidade de se repensar os marcos metodológicos e cognitivos da desigualdade também a partir de uma nova percepção da igualdade social na consciência pública global. Para ele, a igualdade social se torna hoje uma expectativa global. A tese central neste ponto é a seguinte:

Zum Problem, zum Konfliktstoff werden soziale Ungleichheiten nicht, weil die Reichen immer reicher und die Armen immer ärmer werden, sondern dann und nur dann, wenn sich anerkannte Gleichheitsnormen und Gleichheitserwartungen – Menschenrechte – ausbreiten. Wer die politische Wirksamkeit sozialer Ungleichheiten verstehen will, muss nach der Geschichte der sozialen Gleichheit fragen. (As desigualdades sociais não se tornam problema, ou seja, tema de conflito, porque os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, mas apenas quando as normas de igualdade reconhecidas e as expectativas de igualdade – direitos humanos – se ampliam. Quem deseja entender a realidade política da desigualdade social precisa se perguntar sobre a história da igualdade social). (BECK, 2008, p. 11, tradução nossa).

A crítica ao nacionalismo metodológico pressupõe que todas as pessoas são ao mesmo tempo iguais e desiguais dentro da circunscrição das fronteiras nacionais. Para Beck (2008, p. 11), as fronteiras nacionais se realizam como um “divisor de águas da percepção”: elas politizam as desigualdades sociais para dentro e ao mesmo tempo as produzem, estabilizam e legitimam para fora. Uma teoria contemporânea da desigualdade, do trabalho e das classes, que procure estabelecer os novos fundamentos, as novas formas de reprodução, ou seja, o que há de novo no capitalismo contemporâneo, que procure compreendê-lo como um fenômeno social global, não pode desconsiderar esta operação bifronte das fronteiras nacionais.

Conforme mostra Beck (1997) em outro livro *Was ist Globalisierung?*, os Estados e as fronteiras nacionais contemporâneos passam por um processo constante e irreversível de derrocada diante do sistema econômico mundial. Os agentes financeiros internacionais e a dominação financeira sem limites do mercado não mais se restringem ou coincidem com Estados nacionais específicos, não necessariamente, ainda que provavelmente, o que exigiria estudo empírico para constatação, estes agentes se encontrem em maioria no Atlântico Norte. Uma nova teoria mundial da desigualdade, do trabalho e das classes precisa considerar que esta dominação radicaliza desigualdades historicamente produzidas na periferia do capitalismo e que os Estados nacionais, principalmente e principalmente os ainda periféricos, continuam sendo uma poderosa instituição cuja ação contra as desigualdades é tanto possível quanto necessária.

A operação bifronte, ambivalente, das fronteiras nacionais, levanta a questão fundamental da nova configuração entre centro e periferia no capitalismo contemporâneo. A crítica ao nacionalismo metodológico permite uma nova tematização da dicotomia centro-periferia. A dominação financeira internacional não necessariamente coincide mais com a dominação de alguns países sobre outros. A ambivalência da nova ordem mundial, entretanto, significa que o produto diferencial, as realizações diferenciais do capitalismo durante o século XX ainda podem ser vistos nitidamente, como, por exemplo, nos dados do próprio Ulrich Beck:

Die Ungleichheit zwischen Armen und Reichen in der Weltgesellschaft nimmt die Form eines Champagnerglases an. Auf die 900 Millionen Menschen, privilegiert durch die Gnade der westlichen Geburt, entfallen 86 Prozent des Weltkonsums, sie verbrauchen 58 Prozent der Weltenergie und verfügen über 79 Prozent des Welteinkommens sowie 74 Prozent aller Telefonverbindungen. Auf das ärmste Fünftel, 1,2 Milliarden der Weltbevölkerung, entfallen 1,3 Prozent des globalen Konsums, 4 Prozent der Energie und 1,5 Prozent aller Telefonverbindungen. (A desigualdade entre pobres e ricos na sociedade mundial assume a forma de uma taça de champagne. Às 900 milhões de pessoas privilegiadas pela graça do nascimento ocidental, correspondem 86% do consumo mundial, 58% da energia mundial e 79% dos ganhos e rendimentos mundiais, bem como 74% de todas as ligações telefônicas. Ao um quinto mais pobre, 1,2 bilhão da população mundial, correspondem 1,3% do consumo global, 4% da energia e 1,5% das ligações telefônicas). (BECK, 2008, p. 12, tradução nossa).

Os dados são fundamentais no argumento do autor, que a partir deles retoma a questão da legitimação da desigualdade, como pensada por Max

Weber. Como pode ser possível que os pobres dominados aceitem esta situação? Qual é o pensamento legitimador que garante a aceitação da pobreza global e da exclusão operados pela desigualdade da sociedade mundial, na qual metade da população – a maioria crianças – passa fome? (BECK, 2008, p. 12). O que faz esta ordenação da desigualdade *global* legítima e estável? Como é possível que as sociedades europeias ricas organizem seus próprios operosos e dispendiosos sistemas de transferência e manutenção de riqueza em cima da pobreza nacional de outros, enquanto uma grande parte da população mundial diariamente é ameaçada pela fome?

A resposta de Ulrich Beck é incisiva: “O princípio do mérito (*Leistungsprinzip*) legitima a desigualdade *nacional* enquanto que o princípio do Estado nacional (*nationalstaatsprinzip*) legitima a desigualdade *global*” (BECK, 2008, p. 13). Como os dois princípios se operam em suas funções específicas e de forma articulada? Em primeiro lugar, as fronteiras nacionais operam uma cisão entre uma desigualdade politicamente relevante e uma desigualdade politicamente irrelevante. No Brasil, por exemplo, a desigualdade “racial” sempre foi mais relevante, no pensamento acadêmico, do que a desigualdade de classe e a desigualdade de gênero. Pensando com Ulrich Beck, o Estado nacional brasileiro teria tido uma função fundamental nesta operação, inclusive financiando pesquisas, uma vez que a integração nacional sempre dependeu do mito das três raças. A desigualdade de classe com isso permaneceu opaca, o que opera uma função fundamental na manutenção da desigualdade social brasileira, na qual o princípio do mérito se opera de forma radical, como mostra Souza (2003).

Muito menos a desigualdade de gênero é tematizada, pois devido à radical desigualdade de classe e de desempenho, muitas mulheres pobres no Brasil em grande medida ainda são forçadas a prestar serviços sexuais explícitos ou implícitos, bem como a casar com homens de classes ou frações de classes superiores as suas, de modo a melhorar de vida. Estas situações de classe e gênero, como no caso brasileiro, são escondidas ou distorcidas pelo nacionalismo metodológico, que em nosso caso favoreceu na ciência, até pouco tempo, o que talvez esteja agora entrando em mudança, os estudos raciais em detrimento dos estudos de classe e gênero. No Brasil, a questão racial foi, durante todo o século XX, fundida à questão nacional – daí a força do “pensamento social brasileiro” – a principal questão social, ou seja, como diria Beck (2008), a “desigualdade politicamente relevante”.

Continuando com o argumento do autor, o olhar nacional “se livra” do olhar sobre a pobreza do mundo. Ele com isso opera uma dupla exclusão: ele exclui os excluídos. Este é o pensamento operado pela sociologia da desigualdade, se ela considerar desigualdade como sinônimo de desigualdade nacional, irrefletidamente. Ulrich Beck nos permite pensar, por exemplo, que o olhar nacional exclui os excluídos quando ele não enxerga que a atual produção e reprodução da desigualdade mundial se opera na dimensão da dominação financeira internacional, cujo um dos principais efeitos é o aumento da precarização do trabalho e consequentemente das condições de vida para grande parte da população na periferia. Aqui a dupla exclusão, eu diria, significa uma “precarização conjuntural”, operada pela lógica específica do sistema econômico financeiro mundial na periferia, que radicaliza a já existente “precarização estrutural” histórica dos países periféricos. A articulação dos dois fenômenos é um dos principais passos de uma busca por uma nova teoria mundial do trabalho, que tematize as reais desigualdades da nova sociedade do trabalho mundial. Também significa realizar uma teoria do trabalho para além dos marcos institucionais e cognitivos do nacionalismo metodológico.

Em segundo lugar: por não existir uma competência estatal global e uma correspondente instância de observação as desigualdades globais se fragmentam, metaforicamente, em cerca de “200 ilhas de desigualdades nacionais” (BECK, 2008). Isso conduz Ulrich Beck a um terceiro princípio, com o qual é possível pensar as desigualdades entre países, regiões e Estados como politicamente incomparáveis. No geral, o paradoxo reside naquilo que o olhar nacional mais bloqueia: “Quanto mais as normas de igualdade se espalham mundialmente, mais se desata o fundamento da legitimação do olhar institucionalizado das desigualdades globais” (BECK, 2008, p. 15).

Para a crítica ao nacionalismo metodológico, a desigualdade social não pode mais ser demarcada no espaço nacional-estatal. Assim descreve o autor a tese central neste ponto:

Die Wahrnehmung sozialer Ungleichheit in Alltag, Politik und Wissenschaft beruht auf einem Welt bild, das territorial, politische ökonomische, gesellschaftliche und kulturelle Grenzen in eins setzt. Tatsächlich aber wird die Welt immer vernetzter. Territoriale, Staatliche, ökonomische, gesellschaftliche und kulturelle Grenzen bestehen zwar weiterhin, aber sie koexistieren nicht mehr! Diese empirisch gut belegte Zunahme Von Verflechtungen und Interaktionen über nationale Grenzen hinweg erzwingt die Neuvermessung sozialer

Ungleichheit. (A percepção da desigualdade social no cotidiano, na política e na ciência descansa sobre um quadro mundial, no qual se colocam as fronteiras territoriais, políticas, econômicas e culturais. Apesar disso, na prática, porém, o mundo se torna sempre conectado. Fronteiras territoriais, estatais, econômicas, sociais e culturais continuam a existir, mas elas não coexistem mais! Esta boa e comprovada medida empírica de interpenetração e interação para além das fronteiras nacionais é o que força uma nova medida da desigualdade social). (BECK, 2008, p. 16, tradução nossa).

Este trecho explicita bem em qual dimensão imaginária e empírica a teoria da desigualdade social deve ser colocada. Para ele, o quadro mundial da desigualdade social descansa sobre o princípio da nacionalidade e sobre a condição estatal. Este raciocínio conduz Ulrich Beck a se perguntar sobre questões de “primeira ordem” e questões de “segunda ordem”, entre as quais o pensamento crítico deve se decidir. As questões de primeira ordem (*Was-Fragen*) tematizam *o que* é desigual na desigualdade social. As questões de segunda ordem (*Wer-Fragen*) tematizam *quem* é desigual. As questões de primeira ordem se ocupam do compartilhamento material de chances e obrigações, recursos e riscos, bem como salário, formação, posse, etc. Elas pressupõem a resposta sobre questões de segunda ordem não levantadas, ou seja: quem é desigual? Qual unidade antecede as desigualdades sociais? Qual é o espaço medido, no qual as questões de primeira ordem são levantadas para então poderem ser respondidas política e sociologicamente?

Trata-se aqui da congruência entre *Status* político (comunidade nacional, passaporte) e *Status* socioeconômico (posição na hierarquia da desigualdade nacional-estatal) que implicitamente até hoje permanece pressuposto na análise da desigualdade. Este paradigma, que não refletidamente sustenta em uma só unidade analítica os *Status* político e socioeconômico, é o que Ulrich Beck denomina como “nacionalismo metodológico” (BECK, 2008, p. 18). O olhar da ciência social, quando restrito pelo nacionalismo metodológico, não pode ver que a ligação entre nacionalidade e territorialidade processa a posição social de indivíduos e grupos em um parâmetro mundial e esta é propriamente a dimensão da desigualdade. O nacionalismo metodológico descansa sobre uma dupla medida de congruência: de um lado a congruência entre fronteiras territoriais, políticas, econômicas, sociais e culturais; de outro, a congruência entre a perspectiva dos atores e a perspectiva de observação da ciência social. Para Ulrich Beck, entretanto, o recorte histórico caminha exatamente na

direção contrária: fronteiras territoriais, estatais, econômicas e sociais existem, mas não coexistem mais (BECK, 2008, p. 19).

2. Conclusão

Deste modo, a necessária mudança de perspectiva, a partir dos argumentos expostos, pode ser construída, para Ulrich Beck, sobre três pontos de vista: (1) as classes sociais são apenas uma das formas históricas de desigualdade; (2) o Estado nacional é apenas um dos espaços históricos de significado; (3) o fim da sociedade de classes nacional não significa o fim da desigualdade social. Estes três aspectos da mudança social contemporânea levam Ulrich Beck a perceber que nós vivemos hoje a emancipação dos interesses econômicos em relação aos laços nacionais e suas instituições de controle. Isso significa a separação entre dominação e política (BECK, 2008, p. 20). Em correspondência, a dominação se torna reproduzida em poderes difusos, como no *cyberspace* e em mercados e capitais móveis, enquanto que por outro lado repousa sobre indivíduos fragilizados, que passam a ter que lidar sozinhos com os crescentes riscos sociais. Este seria o principal efeito negativo, para Beck, da mudança social marcada pelo mundo globalizado, na qual a dominação econômica se torna irreversível pela política tradicional das instituições dos Estados nacionais. Em outras palavras, a nova sociedade mundial é marcada predominantemente por uma dominação e uma desigualdade radicalizada por formas de reprodução supranacionais.

Outra pergunta fundamental levantada por Ulrich Beck e produtiva para uma teoria contemporânea da desigualdade, do trabalho e da classe é a seguinte: onde e através de que se tornam determinadas – em um mundo no qual as fronteiras nacionais, pelo menos para o capital e as informações, se tornam ultrapassadas e vencidas – as posições no sistema da desigualdade social? A precarização sem precedentes do novo mundo do trabalho é uma das respostas a esta pergunta. Para ele, porém, um dos importantes fatores de influência neste aspecto, decisivo para a definição das posições na hierarquia da desigualdade na era global, são as possibilidades ou chances de interação e mobilidade para além das fronteiras nacionais. A este escopo pertencem fatores de toda natureza, como passaportes, títulos de formação, língua e dinheiro, ou seja, capitais culturais, sociais e econômicos. Quem e por que possui tais capitais, bem como a possível nova relação entre eles, é um dos pontos a serem

perseguidos por uma nova teoria da desigualdade, do trabalho e da classe. A tese da sociedade do conhecimento, por exemplo, uma das pretendentes a substituir a ideia de sociedade do trabalho, sugere que o capital cultural se torna cada vez mais poderoso diante do econômico. A perspectiva de que vivemos, porém, em uma dominação financeira sem precedentes sugere outra direção para a nova sociedade mundial.

De um lado, Beck identifica como fenômenos empíricos da nova sociedade mundial alguns atores que ele define como “transnacionalizadores ativos” (BECK, 2008): uma elite global, uma grande parte das gerações jovens e os imigrantes. De outro lado, ele vê uma nova tensão no crescente meio social mundial, ou seja, as classes médias, nos quais a transnacionalização opera um processo de passividade: estes se tornam ameaçados em seus padrões de vida e passam a vindicar a defesa do Estado. Neste aspecto, Ulrich Beck parece ver apenas uma realidade europeia, problema este que pode se encontrar ao longo de toda a obra do autor, ainda que tematize questões fundamentais sobre a nova ordem mundial.

De todo modo, a contribuição teórica de Ulrich Beck é incisiva para se repensar, em sua totalidade, a nova realidade empírica global, bem como seus correspondentes conceitos de desigualdade, trabalho e classe social, em uma perspectiva renovada, sem desconsiderar as contribuições deixadas pelo pensamento crítico referente à dita era da sociedade industrial, ou seja, a “primeira modernidade” de Ulrich Beck (1986). Seu desdobramento histórico nos trouxe uma nova era global, diante da qual as categorias analíticas do nacionalismo metodológico parecem se tornar cada vez mais frágeis. Uma nova articulação entre os conceitos de desigualdade, trabalho e classe, a partir da crítica ao nacionalismo metodológico, auxiliada por pesquisas empíricas, pode assim se apresentar como um novo caminho para a compreensão das mudanças sociais de nosso tempo.

Bibliografia básica

BECK, U. **Die neuvermessung der ungleichheit unter den menschen**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

_____. **Risikogesellschaft: auf dem weg in eine andere moderne**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

_____. **Schöne neue arbeitswelt.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

_____. **Was ist globalisierung?** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

Bibliografia consultada

BECK, U. **Liberdade ou capitalismo.** São Paulo: Edusp, 2003.

_____. The cosmopolitan society and its enemies. **Theory, culture & society**, Londres, v. 19, n. 1-2, p. 17-44, 2002.

_____. Weltrisikogesellschaft: zur politischen dynamik globaler Gefahren. **Internationale Politik**, Berlim, v. 8, p. 13-18, 1995.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

Data de recebimento: 04.02.2013

Data de aprovação: 28.08.2013

Ulrich Beck and the criticism to the methodological nationalism

Abstract

The article presents the criticism of Ulrich Beck to the methodological nationalism. With this concept, the author defines and criticizes the cognitive and political categories, with which it was constructed the whole sociology of inequality throughout the twentieth century. From this criticism, it is possible a theoretical and empirical rearticulation of the concepts of inequality, work and social class. This perspective allows reviewing the political power of the National States in the current phase of global capitalism, as well as rethinking the paths of a possible sociology that can criticize the global reproduction of the social inequality.

Keywords: Methodological nationalism. Inequality. Work. Social classes.